

ANDRÉ MENDES PINI

**ANTECEDENTES DA GUERRA DO PARAGUAI: A MISSÃO
SARAIVA E A CONSTRUÇÃO DA ALIANÇA COM A ARGENTINA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de
Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Professor Orientador: Antonio Carlos Lessa

Brasília

2012

RESUMO

As relações entre Brasil e Argentina transitaram da rivalidade à aliança em menos de duas décadas durante o século XIX, o que só pode ser compreendido por meio da análise conjuntural das vicissitudes do Sistema regional platino, formado, historicamente, por dois polos de poder, Brasil e Argentina . O desequilíbrio na balança de poder representado pela política de Solano Lopez no Paraguai, que visava se tornar um polo de poder, e cooptar o Uruguai à sua esfera de influência, consolidou a aliança entre Brasil e Argentina na manutenção do status quo platino. As lógicas de consolidação dos Estados Nacionais da região engendraram rupturas à estabilidade do sistema, gerando o maior conflito que a América do Sul presenciaria em sua história.

ABSTRACT

The Relations between Brazil and Argentina shifted from rivalry to an alliance in less than two decades during the nineteenth century, which can only be understood through a conjectural analysis of the vicissitudes of the south american regional system , historically formed by two poles of power, Brazil and Argentina. The imbalance in the balance of political power represented by the paraguayan Solano Lopez , who aimed to become a center of power, and to co-opt Uruguay to its sphere of influence, cemented the alliance between Brazil and Argentina in maintaining the platinum status quo . The logic of consolidation of national states in the region engendered disruptions to the stability of the system, generating the greatest conflict that South America would present in its history.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DA RIVALIDADE À ALIANÇA: ROSAS, URQUIZA E MITRE	7
2.1 O Imobilismo e a ascensão de Rosas.....	8
2.2 A intervenção contra Rosas	9
2.3 A divisão argentina e o governo Mitre	10
3. A INSTABILIDADE NO PRATA: URUGUAI E PARAGUAI	13
3.1 O Uruguai	13
3.2 O Paraguai	15
3.2.1 Solano López	17
4. O DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO E AS ARTICULAÇÕES DIPLOMÁTICAS	19
4.1 O ano de 1862.....	19
4.2 O subsistema platino	20
4.3 A Missão Saraiva.....	21
4.4 A declaração de Guerra e a Tríplice Aliança.....	25
5. CONCLUSÃO	27
6. BIBLIOGRAFIA	29

1. INTRODUÇÃO

O século XIX proporciona um interessante leque de temas para que historiadores e pesquisadores se debruçem, e o Brasil novecentista exerce atração especial àqueles que se interessam pela formação da sociedade pátria em um contexto de fervorosos debates políticos e sociais. A política externa do Império é objeto de extensos estudos historiográficos, que levam em conta desde a atuação individual das figuras mais proeminentes do período, até a atuação do Brasil imperial em si, na busca de satisfazer seu interesse nacional dentro de uma conjuntura sistêmica regional, na qual se destaca, sobretudo, a região platina.

O presente trabalho abordará a história da política exterior do Brasil em meados do século XIX (1852-1865) ao analisar os eixos da atuação diplomática brasileira no período posterior à Guerra contra Oribe e Rosas, e antecedente à Guerra do Paraguai, focando no processo de construção e consolidação da aliança com a Argentina, consolidada com a Missão Saraiva. A análise da construção da aliança acometerá o período marcado pelo intervencionista brasileiro no Prata e pelo antagonismo acirrado entre Brasil e Argentina, até a formação da Tríplice Aliança, em que os países se tornaram aliados em um confronto contra o Paraguai.

De modo sucinto, a principal causa da Guerra refere-se à ruptura engendrada pela política de Solano López ao *status quo* do subsistema platino, que contrariou interesses do Brasil e da Argentina, levando-os a uma coalizão anti-paraguaia momentânea. De modo convergente, buscar-se-á entender, superficialmente, a conjuntura subsistêmica da formação dos Estados-Nacionais da região platina durante o período em questão, que tornou países historicamente rivais desde sua independência em aliados contra um inimigo comum. Para isso, deve-se

levar em conta a relevância dos conflitos internos pelos quais a Argentina passou e que chegaram a ameaçar a unidade do país, considerando o grau de influência que eles tiveram na sua posição em relação à Guerra contra o Paraguai e à inédita aliança com o Brasil.

Pretende-se, portanto, contextualizar, primeiramente, o momento histórico da região platina, para posteriormente se identificar os marcos históricos que conduziram à Tríplice Aliança por meio da análise da trajetória diplomática de Brasil e Argentina no período, avaliando-se, simultaneamente, o eventual grau de efemeridade dessa coalizão. Em síntese, a proposta dessa monografia é o desenvolvimento de um trabalho pautado na identificação dos principais fatores que movimentaram o subsistema platino e favoreceram a consolidação da aliança entre Brasil e Argentina, contra um Paraguai revisionista e disposto a romper a correlação de forças que estabilizavam a região, assim como analisar, concomitantemente, os marcos da construção da Tríplice Aliança sob a ótica da Missão Saraiva.

2. DA RIVALIDADE À ALIANÇA: ROSAS, URQUIZA E MITRE

O século XIX presenciou a formação da sociedade pátria em um contexto de profundas mudanças políticas e sociais, tendo o Brasil chegado às vésperas do conflito em questão com seu Estado Nacional praticamente consolidado e seu território já esboçado quase totalmente, diferentemente do que ocorreu com os vizinhos do Cone Sul. As relações com a Argentina são, historicamente, prioridade para o Brasil, devido à relevância que os vizinhos têm na participação comercial, política, econômica e cultural. Candéas (2005) defende a tese de que as relações entre Brasil e Argentina transitaram da "Instabilidade estrutural" no século XIX até a "Estabilidade estrutural pela integração" hodierna, e salienta que nas relações dezenovescas predominava-se a rivalidade, em uma conjuntura de relativa dependência estrutural da Inglaterra.

O marco temporal delimitado para estudo refere-se aos anos de 1852 a 1865, período Intervencionista da política externa brasileira, segundo definição de Cervo (2008), em que o país reestrutura sua ordem no início do Segundo Reinado, reorganiza seu Conselho de Estado, responsável pela condução uniforme da política exterior, e reprime as Revoltas internas ocorridas no período regencial, que criavam uma situação de imobilismo na condução da política externa, devido principalmente à revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul. (CERVO, 2008) A partir de então, o Brasil percebe a ameaça representada pelo projeto expansionista do *porteño* Rosas, que visava recriar o antigo Vice-Reino do Prata, e declara guerra à Argentina e aos *blancos* uruguaios, apoiados pelo caudilho argentino.

Para obter-se melhor compreensão acerca da aliança entre Brasil e Argentina na Guerra do Paraguai, deve-se analisar brevemente o período imediatamente anterior, em que é flagrante a rivalidade argentino-brasileira, devido à política expansionista de Rosas. Seguida à

intervenção brasileira contra o caudilho argentino, é essencial compreender os efeitos da Guerra Civil Argentina, que culminou na separação de Buenos Aires da Confederação Argentina, e fortaleceu as províncias de Entre Rios e Corrientes, que mantiveram sua força política e militar sob a liderança de Urquiza, mesmo posteriormente à Unificação em 1862. A Argentina enfraquecia-se no contexto sistêmico platino, e o constante temor acerca da possível aliança de Urquiza com o Paraguai foi balizador da diplomacia *porteña* nas vésperas da Guerra do Paraguai.

2.1 O Imobilismo e a ascensão de Rosas

É patente na literatura acerca do período regencial brasileiro a desorientação provocada na política externa por fatores como o desmantelamento do Conselho de Estado e as instabilidades internas pelas quais o Império passava, sendo exemplo emblemático a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.(CERVO, 2008)

Período denominado por Amado Cervo como o "Imobilismo" da política exterior imperial, a Regência, em meio às discussões sobre a centralização ou descentralização do aparato estatal, optou por medidas descentralizadoras, consolidadas no Ato Adicional de 1834, simbólico fruto do trauma causado pela concentração dos poderes na mão de Dom Pedro I, via o poder Moderador, legitimado pela Constituição Imperial de 1824. A descentralização política Imperial proferiu maior autonomia às províncias do país, deslocando e descentralizando a disputa política pelo poder. Essa medida provocou diversas revoltas, como a Sabinada, e a mais impactante de todas, a Farroupilha. (FAUSTO, 1994)

A revolta da Farroupilha tinha forte cunho separatista, e, originou-se, preponderantemente, devido à insatisfação de estancieiros gaúchos com a autonomia na política fiscal adotada por algumas províncias após o

Ato Adicional, que tornava o charque gaúcho mais caro do que os uruguaios, comercializados em navios de bandeira inglesa. A revolta trouxe graves consequências à política externa imperial, que ficou impossibilitada de atuar na região da Bacia do Prata, uma vez que os farrapos bloqueavam o acesso à região. Somado a isso, há o fato de o Exército ter tido seus poderes esmaecidos em detrimento da recém criada Guarda Nacional, além de o Conselho de Estado ter sido fechado, originando a política exterior pouco ativa do período. (FAUSTO, 1994)

Nesse cenário em que o Brasil volta-se a problemas internos, abre-se um vácuo de poder nas relações internacionais do subcontinente sul-americano, possibilitando a ascensão argentina sob Juan Manuel de Rosas, porteño que adotara uma política expansionista visando a recriação do antigo Vice-Reino do Prata, um projeto que entrava enormemente em conflito com os interesses imperiais, por causar empecilhos à livre-navegação no Prata, desestabilizar a balança de poder platina e objetivar submeter Paraguai e Uruguai ao jugo argentino.

2.2 A intervenção contra Rosas

O Brasil encontrava-se isolado perante os vizinhos platinos, correndo o risco de ter seu território amputado devido às revoltas separatistas internas, que, no caso da Farroupilha, misturava-se com o contexto externo, uma vez que os rebeldes farroupilhas buscavam no partido *Colorado* uruguaio apoio às reivindicações emancipatórias, enquanto Rosas flertava com o partido *Blanco*.

Somente após a reestruturação política promovida pelo Partido Conservador, assim como a negociação e fim da Farroupilha, que foi possível ao país retomar a política intervencionista no Prata, em um período caracterizado por uma política de potência periférica regional,

exercida, sobretudo, no Prata. (CERVO, 2002). Exalta-se no período, sobremaneira, a influência exercida pelos interesses farroupilhas na região, e a defesa do Império dessas reivindicações, sob o temor de novas revoltas separatistas.

O apaziguamento interno propiciou que o Império voltasse seus olhares à conjuntura que o rodeava na bacia do Prata, e o que se percebeu foi um cenário incômodo. Oribe, do partido *Blanco* uruguaio empreendia uma política que ia de encontro com os interesses gaúchos, e contava com o apoio de Rosas na Argentina. A solução encontrada pelo governo imperial, sob a chancelaria de Paulino José Soares de Sousa, foi a deposição de ambos os governos via intervenção militar.

Apesar de o caudilho argentino ter previamente demonstrado sua força militar, derrotando esquadras europeias e francesas na década anterior, grandes potências militares de então, o Brasil levou a cabo a intervenção com sucesso, cooptando os países sul-americanos a manterem-se neutros, e utilizando a diplomacia imperial, na figura de Dom Pedro II, para manter a neutralidade europeia. (CERVO, 2002)

Primeiramente depôs-se Oribe no Uruguai, levando ao poder Rivera, do partido Colorado, cuja filosofia liberal, aberta ao comércio exterior, agradava ao Brasil; e, posteriormente, derrotou-se Rosas, com o auxílio de tropas interioranas das regiões de Entre-Ríos e Corrientes, encabeçadas pelo líder Urquiza, que foi então conduzido ao poder. A deposição de Rosas, todavia, engendraria uma profunda cisão na Argentina, que resultaria na separação de Buenos Aires do resto do país.

2.3 A divisão argentina e o governo Mitre

A Guerra do Prata alterou a configuração sistêmica do Cone Sul na medida em que um dos polos de poder fragmentou-se. A Argentina, que desde sua independência presenciara conflitos entre Federalistas e

Unitaristas, manteve-se formalmente dividida ao longo de 10 anos, entre 1852 e 1862, sendo que Urquiza controlava a Confederação Argentina, com sede em Paraná, enquanto Buenos Aires não aceitara submeter-se ao jugo interiorano e manteve-se sob a liderança de Bartolomé Mitre, elaborando uma Constituição própria, o que resultou em permanentes atritos entre as duas unidades políticas.(DORATIOTO, 1991)

O ano de 1862 marcou, na Argentina, a Unificação definitiva do país, após uma série de conflitos militares, no qual Urquiza venceu o campo militar, porém, a supremacia política ficou com Mitre, que se tornou o Presidente argentino. A ascensão de Mitre permitiu a implementação de um programa de modernização, que iniciou a transformação da Argentina em uma economia moderna, integrada ao mercado internacional, atraindo outros líderes provinciais a aderir ao projeto unitário e submeterem-se à ordem centralizadora, estimulados pela possibilidade de progresso material. (ISECKSOHN, 2008)

Porém, Bartolomé Mitre, ao longo de seu governo, não teve autonomia plena, não podendo simplesmente alijar os interesses das províncias de Entre-Ríos e Corrientes, considerando-os na condução de sua política externa, recorrentemente, ao longo dos anos, e, principalmente, na sua postura inicial cautelosa frente à Guerra do Paraguai e ao apoio aos *Colorados* no Uruguai (MENEZES, 1998).

O receio porteño de adotar atitudes mais proeminentes ocorreu devido à resistência federalista que se manteve nas províncias, e que os possibilitavam negociar acordos diretamente com os *Blancos* uruguaios, por exemplo, para escoar sua produção via Montevideú, evitando assim a dependência de Buenos Aires, e também oscilar pendularmente entre o Império e o Paraguai na busca por acordos de defesa e assistência recíproca contra Buenos Aires. (DORATIOTO, 1991)

O temor de Mitre demonstrou-se, posteriormente, devidamente sensato, tendo em vista as pretensões iniciais de Solano Lopez de contar

com Urquiza ao seu lado na Guerra do Paraguai, o que, ressalta-se, acabou não se concretizando; e, após o início das hostilidades, a revolta federalista que obrigou Mitre a abandonar o comando das tropas da Tríplice Aliança.

3. A INSTABILIDADE NO PRATA: URUGUAI E PARAGUAI

Dentre os conflitos sul-americanos, aquele que mais recebeu a atenção de historiadores, e, conseqüentemente, gerou um polêmico debate historiográfico foi a Guerra do Paraguai, ocorrida de 1864 a 1870. O conflito engajou o Império brasileiro em uma aliança com a Argentina e o Uruguai para combater o Paraguai de Solano López, configurando-se como o maior conflito que o continente sul-americano tem notícia, e que viria a afetar, política e economicamente, os países envolvidos, de forma drástica, causando, inclusive, a débâcle do país guarani.

Deve-se, destarte, contextualizar a instabilidade na região platina, que convergiu o interesse nacional brasileiro e argentino sob o mesmo paradigma de atuação. Para isso, é necessário analisar brevemente o período, principalmente no que se refere aos processos políticos no Uruguai, com os conflitos entre *Blancos* e *Colorados*, e no Paraguai, com a ascensão de Solano López.

3.1 O Uruguai

A trajetória das rivalidades na Bacia do Rio da Prata é longa e exerce protagonismo no contexto diplomático desde a época colonial, em que Portugal e Espanha disputaram o controle fluvial da região, importante ponto de escoamento da produção colonial, exploração de metais preciosos, e acesso a territórios por via fluvial. Após as Independências de Brasil e Argentina, os conflitos regionais recrudesceram, até que, como consequência da Guerra da Cisplatina em 1824, o Uruguai foi criado, mediante atuação da diplomacia britânica, como forma de assegurar a estabilidade sistêmica, porém, esse novo Estado viria a exercer papel preponderante nos futuros conflitos da

região, sendo um ponto de convergência das contradições platinas. (DORATIOTO, 1991)

Após o malogro brasileiro na Guerra da Cisplatina, o Império percebeu que a manutenção da independência uruguaia seria fulcral ao equilíbrio de poder da região, principalmente porque a Argentina ressentiu-se acerca da criação do Uruguai. Nossos vizinhos consideravam que o Estado-tampão do Uruguai foi uma amputação de seu território, e, ao longo do século XIX, flertaria por diversas vezes, em especial com o partido Blanco, na tentativa de anexar o Uruguai, ou, ao menos, mantê-lo sob sua órbita de influência direta, o que, evidentemente, era contrário aos interesses brasileiros. (MENEZES, 1998)

O Uruguai sofreria com a disputa pelo poder por duas facções, *Blancos* e *Colorados*, na chamada Grande Guerra, que duraria cerca de 10 anos. (FAUSTO, 1994) A Guerra Civil uruguaia em determinado momento teve os Colorados controlando Montevideú, no chamado "Governo de Defesa", enquanto os *Blancos* cercavam a cidade e instauravam outro governo, alcunhado *Cerrito*, na situação denominada de "Nova Tróia". Ao longo do século XIX, a alternância no poder entre esses grupos determinaria a política exterior uruguaia, tendo em vista que cada partido possuía alianças diferentes, diferentemente do que ocorria no Brasil, em que, apesar das divergências entre conservadores e liberais, em termos de política externa, não existia partidos. Com efeito, o partido *Blanco* possuía afinidades com os Federalistas argentinos, e sua ascensão, majoritariamente, contrariava os interesses brasileiros na região, redundando em instabilidade, enquanto os Colorados aproximavam-se mais dos ideais Unitaristas argentinos, indo ao encontro dos interesses brasileiros. (MENEZES, 1998)

A política de defesa dos interesses brasileiros no Uruguai intensificou-se após a Intervenção de Rosas na Guerra Civil uruguaia, favorável aos *Blancos*, o que contrariava os interesses do Império,

principalmente por representar uma ameaça aos estancieiros gaúchos nas regiões de fronteira. Não era interessante ao Brasil um eventual descontentamento do Rio Grande do Sul, principalmente após o fim da Farrroupilha, e, devido a isso, o Brasil decide intervir contra o governo de Oribe, após assinada a lei Eusébio de Queiroz.

A intervenção foi bem-sucedida, e colocou no poder Rivera, do partido *Colorado*, convergente com os interesses brasileiros, como a livre navegação no Rio da Prata, assinando 5 tratados desiguais com o Império. Posteriormente, o Brasil seguiu para a Argentina a fim de derrubar Juan Manuel de Rosas, contando com o apoio dos caudilhos interioranos de Entre-Ríos e Corrientes, principalmente de Urquiza, que sucederia Rosas em 1852 após sua morte na Batalha de Monte Caceros. (DORATIOTO, 1991)

No entanto, os tratados desiguais impostos pelo Império ao Paraguai acabaram por enfraquecer o governo Colorado, que logo perdeu espaço, novamente, para os Blancos, que assumiram novamente o governo com Bernardo Berro e Anastasio Aguirre na década de 1860.

3.2 O Paraguai

O Paraguai foi um dos pioneiros na busca pela independência, porém, diferentemente da maioria dos países sul-americanos, que desvencilharam-se de monarquias europeias, o Paraguai declarou independência em relação a Buenos Aires em 1811, obrigando-o a adotar uma política isolacionista na América do Sul, baseada na exploração da erva-mate, madeira e tabaco, majoritariamente, pelo Estado. (MENEZES, 1998)

O isolamento paraguaio abriu espaço para a consolidação e perpetuação de um regime ditatorial extremamente centralizado,

comandado pelo "Ditador Perpétuo", José Gaspar Rodríguez de Francia, que aos poucos eliminou sua oposição, expulsou a igreja e cooptou setores sociais de acordo com seus interesses, o que explica, em grande parte, a ausência do fenômeno do caudilhismo no país, muito presente na maioria das incipientes Repúblicas hispânicas. Nota-se que no período já existia uma latente rivalidade entre o Brasil e o Paraguai, devido a questões fronteiriças, nas quais o Paraguai recorria ao Tratado de Santo Ildefonso de 1777, enquanto o Brasil defendia os critérios baseados na ocupação efetiva, *utis possidetis*. (DORATIOTO, 1991)

Após a morte de Francia, Carlos Antonio López assumiu o poder no Paraguai, mantendo o modelo autoritário herdado de seu antecessor, sem poder legislativo nem constituição, e mantendo também o monopólio da maior parte das atividades privadas do país. Todavia, a política isolacionista paraguaia arrefeceu-se à medida em que a política externa platina começava a trazer consequências e ameaças à República guarani. (DORATIOTO, 1991)

A ascensão de Rosas na Argentina e seu projeto que visava recriar o Vice-Reino do Rio da Prata representava uma ameaça à independência paraguaia e empecilhos à livre-navegação e ao comércio exterior via o Rio Paraná, o que aproximou o governo de Carlos Lopez do Império. O Brasil reconheceu o Paraguai em 1842, e mediou o reconhecimento do país na Europa, porém, isso não impediu que se perpetuasse a controvérsia acerca de limites territoriais entre os dois países, redundando na aproximação paraguaia à Confederação Argentina de Urquiza na década de 50.

O contencioso acerca dos limites territoriais entre Paraguai e Brasil ganhava maiores proporções à medida em que não se chegava a um consenso, resultando em uma política guarani de impedimento da navegação no Rio Paraguai, condicionada a um tratado de limites sob os moldes paraguaios. A navegação naquele rio era essencial para o acesso

ao Mato Grosso, e devido a isso houve grande empenho do Império para resolver a questão, enviando alguns de seus mais renomados diplomatas para resolver a querela, como o Visconde de Rio Branco. (DORATIOTO, 1991) Na Missão Paranhos no Prata, Rio Branco conseguiu cooptar Uruguai e a Confederação Argentina a pleitearem também a livre navegação, o que é um marco do início da aproximação entre os países da Tríplice Aliança e da postura defensiva do Paraguai frente aos vizinhos do Cone Sul. (BARRIO, 2010).

Percebe-se que até então o Cone Sul possuía dois polos de poder, representados por Argentina e Brasil, sob os quais Uruguai e Paraguai orbitavam, de modo a construir um sistema de poder equilibrado, o que mudaria após a ascensão do filho de Carlos López.

3.2.1 Solano López

Francisco Solano López ascendeu à presidência paraguaia no ano de 1862, aprofundando o autoritarismo no país guarani, e buscando uma maior autonomia em relação à Argentina e Brasil. A intenção de Solano López era se tornar um polo de atração que cooptasse o Uruguai e projetasse sua influência no subsistema regional platino.

As dificuldades econômicas vividas pelo Paraguai geravam a necessidade de se buscar uma saída para o mar, além de esquadrihar recursos que impulsionassem o desenvolvimento, convergindo em um projeto expansionista, que visava, inclusive, abranger Entre-Ríos e Corrientes na Argentina, além do Uruguai e certas partes do território sul brasileiro, em busca de seu *Lebensraum*. (BANDEIRA, 2003; DORATIOTO, 1991)

A alteração da correlação de forças sistêmicas do Cone Sul pelas ambições pessoais de Solano López, tornariam convergentes os interesses

argentinos e brasileiros frente à ameaça representada pelo Paraguai expansionista. (ISECKSOHN, 2008)

4. O DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO E AS ARTICULAÇÕES DIPLOMÁTICAS

É imprescindível analisar também as articulações diplomáticas que precederam a Guerra do Paraguai para que se obtenha aprofundamento na análise da consolidação formal da Tríplice Aliança. A missão diplomática essencial para a criação de um ambiente de cooperação e confiança entre Brasil e Argentina foi a missão em Puntas del Rosario, na qual o enviado imperial, José Antonio Saraiva reuniu-se com Rufino de Elizalde, Chanceler argentino, e Edward Thornton, enviado britânico, para buscar uma solução pacífica à Guerra Civil uruguaia.(DORATIOTO, 1991). Em que pese o malogro da Missão Saraiva na busca pela conciliação entre *Blancos* e *Colorados*, consolidava-se, enfim, o clima de confiança entre Brasil e Argentina.

Após o início das hostilidades, a Argentina ainda mantinha postura neutralista, apoiando apenas moralmente e diplomaticamente as investidas brasileiras contra o Paraguai. Deve-se, destarte, discorrer sobre a consolidação da Tríplice Aliança, tendo em vista também as relações entre Mitre e Urquiza, que possibilitaram a participação efetiva da Argentina na Guerra, em aliança ao Brasil e ao Uruguai colorado.

4.1 O ano de 1862

O ano de 1862 é marcante no que se refere à trajetória das rivalidades na Bacia do Prata, tendo em vista que nesse ano todo o panorama que desencadearia a Guerra do Paraguai foi configurado.(DORATIOTO, 1991)

Nesse ano, assumiria o poder Solano Lopez no Paraguai, alterando as formas de relacionamento com os vizinhos, devido ao seu

descontentamento com as constantes interferências argentinas e brasileiras na política interna uruguaia, e à sua pretensão em expandir a influência paraguaia. A questão lindeira que arruinara a relação com o Brasil também voltava à pauta, devido ao fim da moratória de 6 anos na discussão sobre o tema, estipulada anteriormente, no governo de Carlos Lopez.

No mesmo ano, a Argentina reunificava-se sob o portenho Bartolomé Mitre, o que melindrou a diplomacia paraguaia, devido ao temor de uma Argentina forte e unificada representar uma ameaça à integridade do Paraguai. No mesmo ano, Bernardo Berro, do partido *Blanco*, assumia o poder no Uruguai, flertando eventuais alianças com Solano Lopez e desagradando tanto ao Brasil quanto à recém-unificada Argentina.

Por fim, em 1862 houve a ascensão do Partido Progressista no Brasil sob a presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos no Gabinete dos Ministros, que se viu enfraquecido após a Questão Christie, e passou a considerar uma intervenção contra os *Blancos* uruguaios uma forma de resguardar os interesses brasileiros, além de demonstrar o poder de seu governo.

4.2 O subsistema platino

Solano Lopez, ao assumir o poder, optou, inicialmente, pela neutralidade no subcontinente. Essa política conferiu-lhe certo poder de barganha, podendo se tornar um aliado em potencial tanto ao Brasil quanto à Argentina, enquanto esses estivessem isolados um do outro, o que estabeleceria certo equilíbrio regional, e colocaria fim à hegemonia do Império no Cone Sul. (DORATIOTO, 1991) Porém, ao empreender uma política que visava aproximar-se do Uruguai e se contrapor ao apoio brasileiro e porteño aos *Colorados*, Lopez aproximou-se do Partido *Blanco*, estabelecendo uma aliança para aproximar os dois países, e ,além

de promover o comércio, estabelecer um tratado defensivo e ofensivo entre eles. (MENEZES, 1998)

A política paraguaia alterou substancialmente a dinâmica do subsistema platino, que transitava da bipolaridade brasileiro-argentina a uma incipiente multipolaridade, que abrangeria o Paraguai como um ator relevante, capaz de cooptar o Uruguai à sua órbita de influência. A ameaça ao *status quo* platino representada pela política expansionista de Solano Lopez fez convergir os interesses nacionais de Brasil e Argentina, ambos inimigos do partido *Blanco*, que passaram a buscar, inicialmente, soluções diplomáticas à querela. (ISECKSOHN, 2008)

4.3 A Missão Saraiva

O governo *Blanco* no Uruguai, primeiramente sob o mandato de Berro, e, posteriormente, sob Aguirre, passou a contrariar os interesses brasileiros, taxando estancieiros gaúchos, violando os tratados firmados na década anterior, desrespeitando os limites territoriais anteriormente demarcados, e causando conflitos acerca da livre-navegação na região. À Argentina também interessava uma derrocada do governo *Blanco*, que ameaçava a unidade do país, ao manter estreitas relações com os caudilhos federalistas, passando a incentivar e dar suporte ao grupo *Colorado*. (MENEZES, 1998)

O estopim para a intervenção se deu à medida em que o governo liberal no Império era contestado, principalmente no parlamento, quanto a seu pulso firme e a sua capacidade de manutenção dos interesses brasileiros. (MENEZES, 1998) A indenização paga à Inglaterra após a Questão Christie foi extremamente impopular perante a opinião pública do Brasil, suscitando questionamentos acerca da força do partido liberal. Quando chegaram ao Rio de Janeiro notícias referentes aos constantes assassinatos de estancieiros gaúchos em terras uruguaias, houve forte mobilização popular contra os uruguaios, e cresceu no governo o temor

da insatisfação gaúcha redundar em um afloramento das iniciativas secessionistas farroupilhas novamente. (DORATIOTO, 1991; ISECKSOHN, 2008; MENEZES, 1998) Estava legitimada a intervenção contra Anastasio Aguirre, garantida pelo devido apoio da opinião pública e conveniente tanto aos interesses nacionais quanto aos interesses do gabinete liberal.

O gabinete de Zacarias utilizou-se, todavia, de negociações diplomáticas prévias à eventual intervenção. A diplomacia pátria já compreendera há algumas décadas que quaisquer políticas mais incisivas no Prata deveriam ser legitimadas perante os aliados da ocasião, caso contrário, o Império, filho único dentre as Repúblicas sul-americanas, estaria prontamente isolado no contexto regional.(MENEZES, 1998) Apesar disso, percebe-se a desinformação de Zacarias de Góis acerca da postura paraguaia quanto à eventual intervenção no Uruguai, demonstrada em recorrentes discursos ao senado, subestimando o ultimato dado por Solano Lopez, e, discute-se ainda, não ciente dessa ameaça paraguaia.(MENEZES, 1998)

Após informar a Argentina acerca de suas articulações diplomáticas, o Império enviou José Antonio Saraiva ao Uruguai, no dia 6 de maio de 1864, para dar o devido ultimato ao governo *Blanco*, enquanto arregimentava e distribuía suas tropas na fronteira, sob as ordens do Almirante Tamandaré. (MENEZES, 1998) A cautela brasileira no trato da questão advinha também do fato de as relações diplomáticas com a Inglaterra estarem rompidas, devido à Questão Christie. O Império não desejava transparecer que uma eventual intervenção no Uruguai possuísse fins anexionistas.(DORATIOTO, 1991)

Saraiva percebeu, de imediato, que o grande empecilho no trato de sua missão diplomática era a guerra civil que se desenrolava no Uruguai, estabelecendo como objetivo inicial a resolução, ao menos temporária, daquele conflito, para posteriormente negociar as

reivindicações imperiais. Nesse contexto que Argentina e Inglaterra, ambas interessadas no fim do conflito uruguaio, decidem participar das negociações diplomáticas.

A Missão Saraiva ocorreu a bordo de navio inglês, enviado a Puntas del Rosário, Uruguai, com representação inglesa de Edward Thornton, à fim de garantir a neutralidade da mediação e a garantia da independência do território uruguaio. A participação apaziguadora do representante inglês na mediação do conflito é um dos argumentos-chave na contra-argumentação à teoria revisionista, na qual a Tríplice Aliança havia sido uma manobra imperialista inglesa à fim de resguardar seus interesses financeiros e comerciais na região.

Rufino de Elizalde, chanceler argentino, também foi enviado, sob às ordens de Mitre, alinhando-se às posturas brasileiras, representadas pelo conselheiro Saraiva, tendo o objetivo de solucionar a então Guerra Civil uruguaia, de modo a, apoiada na presença inglesa, manter-se informado acerca das intenções brasileiras. Saraiva, inicialmente, ficou surpreso com a presença de Thornton e Elizalde, porém, percebeu, posteriormente, que aquilo poderia trazer frutos positivos caso a paz fosse alcançada, e legitimaria uma eventual ação de força brasileira caso se malograsse a resolução por meios pacíficos. (MENEZES, 1998)

Percebe-se que, inicialmente, o Paraguai de Solano Lopez não foi procurado no trato da questão, nem oficialmente informada acerca da Missão Saraiva. (MENEZES, 1998) Com efeito, corrobora-se a ideia de que Argentina e Brasil assumiam o ônus político e militar em um sistema internacional que julgavam ser protagonistas. Isso reforça a teoria que a Guerra do Paraguai se desenrola quando Solano Lopez, melindrado com a posição secundária do Paraguai no subsistema regional do Cone Sul, adota uma postura que desequilibraria o sistema.

A Missão oficialmente posicionou-se no sentido de ser uma mediadora entre as partes conflitantes, e logrou, inicialmente, que fosse

declarado armistício no conflito, passando a negociar então a incorporação de membros do partido Colorado no governo Blanco, por meio do diálogo entre os dois partidos. Saraiva e Thornton trataram das questões junto a Flores, enquanto Elizalde ficou encarregado de ouvir as reivindicações blancas, junto a seus representantes, Castellanos e Lamas. (DORATIOTO, 1991; MENEZES, 1998)

Em um primeiro momento, Anastasio Aguirre acenou positivamente para a proposta de incorporar colorados a seu governo, porém, após consultar a cúpula militar *Blanca*, o então Presidente uruguaio foi obrigado a rechaçá-la. (MENEZES, 1998) Sentido-se pressionado, o governo *Blanco* contatou o Paraguai, até então aliado das negociações, para participar da mediação, constrangendo a todos, inclusive aos negociadores paraguaios, que continuaram afastados das conversas já encaminhadas, devido a decisões do próprio governo *Blanco*, que se encontrava dividido. (MENEZES, 1998).

As negociações com Aguirre seguiram, porém, ficara explícito na conduta blanca a primazia dada aos interesses político-partidários, em detrimento do bem-estar coletivo da nação. (MENEZES, 1998) Após sugestão dos mediadores e intensas negociações, Aguirre chegou a modificar seu ministério, porém, diferentemente do que havia sugerido Thornton, nomeou políticos tão radicais quanto os anteriores na aversão aos *Colorados*, deixando claro, posteriormente, sua inflexibilidade no trato da questão. Era o fim do armistício e da negociação diplomática do conflito. (DORATIOTO, 1991)

A Missão Saraiva fracassara no objetivo de pacificar o Uruguai, no entanto, tornar-se-ia o baluarte da construção da confiança mútua entre Brasil e Argentina, após a lealdade e cordialidade demonstrada na relação entre Elizalde e Saraiva. (MENEZES, 1998) Flores, o terceiro elemento da Tríplice Aliança, também ganhara prestígio perante os vizinhos no trato conciliador à Missão Saraiva. Nas palavras do então

diplomata brasileiro, "A Tríplice Aliança foi construída em Puntas del Rosário", e Mitre, apesar de ainda manter, inicialmente, postura essencialmente neutralista, deu o beneplácito ao Brasil para intervir no Uruguai, seguro das reais intenções do Império. (DORATIOTO, 1991)

As relações entre Brasil e Paraguai já se encontravam deterioradas devido à intransigência de ambas as partes na negociação de um Tratado de Limites definitivo, e abalou-se mais ainda, após o *Blancos* manipularem a amadora diplomacia paraguaia, informando-os que o Império possuía deliberadas intenções de anexar o Uruguai, gerando protestos formais por parte do Paraguai. (DORATIOTO, 1991) A intervenção brasileira no Uruguai seria o marco da ruína das relações bilaterais entre os países, e o estopim para a declaração de guerra por parte do Paraguai.

4.4 A declaração de Guerra e a Tríplice Aliança

O Paraguai fora um país isolado até 1846, governado por sucessivos ditadores, que detinham praticamente o monopólio das atividades econômicas e o controle absoluto do aparato estatal. Essa introspecção resultou em uma errônea percepção de seu poderio nacional, e em uma aguda incapacidade de compreender a realidade internacional, sobrevalorizando sua capacidade militar. (DORATIOTO, 1991)

Na iminência de uma intervenção brasileira no Uruguai, Solano Lopez dera ultimato ao Império, qualificando a invasão brasileira como uma declaração de guerra ao Paraguai, devido à percepção de que aquilo afrontaria o equilíbrio de poder no Prata. (ISECKSOHN, 2008) O Brasil desdenha da ameaça paraguaia e inicia as articulações diplomáticas com o *Colorados*, para realizar uma intervenção precisa e rápida, sem saber que o Paraguai, ao mesmo tempo, preparava-se para entrar em guerra.

Seguida à invasão do Uruguai levada a cabo pelo Brasil, Solano Lopez capturou o navio brasileiro Marquês de Olinda, que seguia para o Mato Grosso, por considerar a intervenção brasileira uma declaração de guerra tácita, mobilizando a opinião pública imperial contra os paraguaios. (DORATIOTO, 1991)

Solano Lopez, em meio a informações imprecisas, e, sem contar com um corpo diplomático profissionalizado, invade o Mato Grosso, em uma manobra irresponsável, baseada em cálculos equivocados acerca da correlação de forças militares e políticas no Prata. (DORATIOTO, 1991) Lopez contava com a resistência *blanca* para enfraquecer as tropas imperiais, que, sabidamente, eram reunidas e mobilizadas com muita dificuldade pelo Brasil, e, também, presumia que Urquiza ficasse a seu lado no conflito que se iniciara.

O que ocorreu, de fato, foi uma rápida capitulação *blanca*, após missão diplomática encabeçada pelo Visconde de Rio Branco, e um repúdio generalizado à invasão de Corrientes por parte das tropas paraguaias que marchavam rumo ao Uruguai, colocando a Argentina oficialmente na Guerra, e consolidando, de fato, a Tríplice Aliança.

5. CONCLUSÃO

A Guerra do Paraguai repercutiu na consolidação dos Estados nacionais da Argentina e do Uruguai, representando também o apogeu da capacidade militar e diplomática do Império, embora tenha contribuído para o acirramento das contradições do Estado Monárquico brasileiro, que viriam a enfraquecê-lo. (DORATIOTO, 1991) O fim da Guerra do Paraguai completaria um ciclo histórico, a partir do qual a Argentina, consolidada como Estado Nacional, passaria a disputar com o Brasil, definitivamente, a hegemonia na Bacia do Prata. (BANDEIRA, 2003)

As causas da Guerra do Paraguai são fruto de debate fervoroso na historiografia, porém, os mais recentes trabalhos já descartaram a tese de que a Tríplice Aliança foi um instrumento britânico para sobrepujar o desenvolvimento de um supostamente próspero Paraguai, tendo em vista os contatos comerciais entre Paraguai e o Reino Unido, as tentativas por meios diplomáticos de se evitar o conflito, evidenciados na atuação de Thornton; e também a ausência, sequer, de relações diplomáticas formais entre Brasil e Reino Unido no período. Variáveis econômicas, porém, devem ser incluídas no processo de compreensão sobre os motivos que geraram o conflito, como a necessidade de estruturação de Estados nacionais viáveis, que unificassem espaços econômicos e garantissem a circulação de capitais e mercadorias. (BANDEIRA, 2003)

No entanto, o quadro das relações internacionais na conjuntura do período analisado fornece uma visão sistêmica mais densa e completa acerca dos fatores decisivos que engendraram o conflito. Historicamente, o Cone Sul representava um subsistema regional bipolar, tendo Brasil e Argentina como polos de poder, preponderantemente, oscilando em eventuais hegemonias conjunturais, como a de Rosas, enquanto o Brasil sofria com os problemas internos, e o imediatamente posterior à sua queda, enquanto a Argentina esteve dividida, abrindo espaço para a ascensão brasileira.

Paraguai e Uruguai representavam o equilíbrio de poder no subsistema regional platino, aproximando-se de um dos polos de poder, de forma pendular, com

o intuito de resguardar seus interesses e garantir a estabilização sistêmica. Com efeito, era interesse brasileiro a manutenção das independências paraguaias e uruguaias, para que não se criasse um rival republicano demasiadamente poderoso na América do Sul.

Na medida em que o Paraguai, sob o governo de Solano Lopez, cooptando o Uruguai, ameaçou o *status quo* regional, almejando se tornar novo polo de atração, e ameaçando a unificação argentina, além de contrariar os interesses nacionais brasileiros, fez convergir a ação de Brasil e Argentina sob o mesmo paradigma de atuação, de forma a conter aquele que ameaçava a estabilidade regional.

Com efeito, defende-se que a política exterior imperial agiu com destreza e pragmatismo na confecção de alianças que, mesmo efêmeras, garantissem a vitória brasileira, sem suscitar desconfianças acerca de pretensões expansionistas por parte dos vizinhos e da Europa, como ficou evidenciado na Missão Saraiva em Puntas del Rosário.

6. BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luís Alberto M. *Brasil, Argentina e EUA: da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *A Missão Paranhos ao Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2010.

BASTOS, A. R. (org.). *O livro da guerra grande: quatro escritores latino-americanos e a Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2002

BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. Colóquio Guerra do Paraguai - 130 anos (p.269-285). Rio de Janeiro, 1994. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf>>. Acesso em 13/06/2011

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Rio de Janeiro, 1927

_____. *Da Regência à queda de Rosas*. Rio de Janeiro, 1933. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-politica-externor-do-imperio-v-iii-da-regencia-a-queda-de-rosas>>. Acesso em 15/09/2011

CANDEAS, Alessandro. *Relações Brasil - Argentina: uma análise dos avanços e recuos*. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100007>. Acesso em 07/08/2011

CERVO, Amado & Bueno, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2002.

CHIAVENATTO, Júlio José. *O Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. 22. ed., São Paulo : Brasiliense, 1988.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 1994.

IZECKSOHN, Vitor. "A Guerra do Paraguai", in: SALES, Ricardo e GRINBERG, Keila. O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

_____. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército*. Rio de Janeiro, E-papers, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo, Ed. Contexto, 2006

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos Depois*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai : como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998,

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1981.

_____. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 1997.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro, 1990

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)* . Ed. Brand, 1955.

TORAL, André. *Imagens em desordem*. São Paulo, FLLCH, 2001